CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA: REVELAÇÕES DA AVALIAÇÃO EXTERNA SAEPI

Elvira Cristina Martins Tassoni [1]

Raimunda Alves Melo [2]

1. Eixo temático: Alfabetização e pandemia: desafios, aprendizados e perspectiva

Resumo: Este estudo objetiva conhecer as ações do Programa de Aprendizagem Complementar (PAC) e suas contribuições para a alfabetização de crianças matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental no contexto pós-pandemia de Covid-19. Desenvolveu-se pesquisa de abordagem qualitativa e utilizou-se a análise documental como dispositivos de produção de dados. O campo da pesquisa foi a rede municipal de educação de Novo Santo Antônio (PI). Os resultados apontam que, com o retorno do ensino presencial e o desenvolvimento das ações do PAC houve melhoria nos índices de alfabetização. Segundo os dados do SAEPI – Sistema de Avaliação Educacional do Piauí –, essa ampliação foi de, em média, 15% em cinco meses de ensino presencial. Conclui-se que, apesar dos avanços, ainda há muito a fazer diante das lacunas na aprendizagem apresentada pelos estudantes como consequência do período pandêmico, sendo necessário investir, continuamente, em políticas de alfabetização.

Palavras-chaves: Recomposição de aprendizagem; avaliação; política educacional.

Introdução

Passada a fase mais grave da pandemia de Covid-19, a Secretaria Municipal de Educação de Novo Santo Antônio (PI) aderiu ao Programa de Aprendizagem Complementar (PAC), uma ação de extensão desenvolvida por meio do curso de Licenciatura em Educação

[1] Professora Pesquisadora do Programa do Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: cristinatassoni@puc-campinas.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8968-398.

[2]Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista CAPES/BRASIL do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI, em Teresina (PI). Reside em Teresina – Piauí – Brasil. E-mail: raimundinhamelo@yahoo.com.br ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3652-8213.

do Campo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), definida como "[...] tecnologia educacional que prioriza ações qualitativas na educação, voltadas para a recuperação, reforço e recomposição de aprendizagem de estudantes, com foco no letramento em leitura e escrita e letramento matemático (UFPI, 2022, p.1). O termo surgiu no contexto da pandemia de Covid-19 e refere-se a estratégia pedagógica, que visa apresentar alternativas para lidar com a defasagem de aprendizagem gerada pelo distanciamento social, contemplando ações de acolhimento, priorização curricular, estratégias avaliativas, adaptação das práticas pedagógicas, formação de professores, acesso a materiais didáticos adequados, entre outras (KIM ABE, 2022).

Considerando o exposto, o presente estudo tem por objetivo conhecer as ações do Programa de Aprendizagem Complementar (PAC) e suas contribuições para a alfabetização de crianças matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental no contexto pós-pandemia. Para atingir o objetivo proposto, inicialmente apresenta-se a proposta do PAC, seguida da análise dos resultados das avaliações realizadas pelo Sistema Educacional de Avaliação do Piauí (SAEPI) com as crianças do 2º ano do Ensino Fundamental nos anos de 2021 e 2022.

Em âmbito do Programa PRO Alfabetização na Idade Certa (PPAIC)[3], criado em 2021, o SAEPI cumpre o papel de avaliar o desempenho dos estudantes matriculados no 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental das redes municipais de ensino. Um de seus propósitos é informar aos profissionais da educação como está o aprendizado dos estudantes nas redes e nas escolas, possibilitando que desenvolvam estratégias, metas e iniciativas para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem (PIAUÍ, 2022).

Trata-se de estudo relevante, pois a pandemia de Covid-19 provocou uma situação singular e desafiadora na educação, necessitando de estudos que abordem os desafios e as perspectivas da aprendizagem. Nesse aspecto, a recomposição de aprendizagem precisa ser analisada, discutida e implementada em pequena, média e larga escala.

2 Programa de Aprendizagem Complementar (PAC)

O PAC parte do pressuposto de que a política educacional envolve um amplo conjunto de agentes sociais e se expressa, sobretudo, por meio de iniciativas diretas ou indiretamente promovidas pelo poder público, através de um conjunto de ações cujo foco de intenções é a garantia dos direitos a aprendizagem para todos os estudantes (VIEIRA, 2000).

[3] Política de alfabetização proposta pela Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC), desenvolvida em regime de colaboração com os 224 municípios do estado, objetivando assegurar as condições necessárias para que todos os alunos piauienses cheguem ao final do 2º ano do Ensino Fundamental com o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático e, consequentemente, com habilidades para avançar nos estudos com autonomia.

Considerando o fato de que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) não alcançou todos os estudantes ou que chegou de forma pouco satisfatória para a maioria deles, entende-se que não houve oportunidades de aprendizagem de parte desses conhecimentos, os quais são fundamentais para que os estudantes possam avançar nos anos seguintes de escolarização. Nesse contexto, para garantir a recomposição de aprendizagem é necessário repensar o currículo, o tempo de instrução, as práticas pedagógicas, a formação docente, a avaliação diagnóstica, o material didático apropriado, o monitoramento da evasão, o acolhimento emocional dos estudantes e profissionais, entre outras ações.

Com esse propósito, o PAC propôs, em conjunto com os educadores do referido município, um plano de trabalho estruturado em eixos e com foco nas seguintes ações: a) realização de diagnóstico das condições de saúde dos alunos e profissionais da educação, de infraestrutura de atendimento e condições de trabalho seguras para retorno das atividades escolares presenciais – para o desenvolvimento dessa ação, contou-se com a parceria de profissionais da área de saúde; b) adequações na infraestrutura e normatização das regras de higiene pessoal e ambiental, com vistas a garantir a segurança dos profissionais da educação, estudantes e demais membros da comunidades escolar; c) disponibilização de equipes de acolhimento emocional em âmbito das escolas, composta principalmente, por psicólogos educacionais e assistentes sociais; d) avaliação diagnóstica bimestral[4] para conhecer e redimensionar o nível de aprendizagem dos alunos e sinalizar as tomadas de decisões e as ações voltadas para a garantia do direito de aprender; e) adequação curricular, pois diante da impossibilidade de garantir todas as habilidades previstas no currículo, faz-se necessário definir aquelas consideradas essenciais para a progressão dos estudantes a etapa seguinte de escolarização; f) formação-planejamento[5] voltado para o estudo da realidade e orientações pedagógicas, possibilitando que os educadores avaliem seu processo de trabalho e proponham intervenções de forma coletiva; g) disponibilização de materiais didáticos personalizados (módulos de estudo), elaborados de acordo com os níveis de alfabetização dos estudantes, para apoiar os professores e estudantes não alfabetizados; h) formação de agrupamentos provisórios nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2º ao 5º ano), organizados com base nos níveis de alfabetização dos alunos; i) progressão continuada da

[4] Essas avalições objetivaram produzir dados para a reelaboração de objetivos e de metas de aprendizagem, bem como suscitar reflexões sobre o planejamento escolar e a prática pedagógica. Pretenderam também, melhorar o nível de compreensão dos alunos sobre o processo de aprendizagem.

[5] A formação-planejamento é um processo educativo coletivo que se desenvolve por meio de uma agenda em que os educadores analisam dados de aprendizagem, elaboram intervenções voltadas para a sua garantia e estudam temáticas relacionadas à compreensão dos problemas que dificultam os avanços. Dessa forma, os temas partem das necessidades reais do conjunto de professores, refletindo positivamente na prática de sala de aula.

aprendizagem para todos os estudantes do Ensino Fundamental, estruturada em blocos bimestrais contínuos, com vistas a evitar o abandono e a reprovação; j) acompanhamento pedagógico, através de um sistema de gerenciamento e de adoção de indicadores de sucesso acompanhados com periodicidade mensal; l) disponibilização de reforço escolar, bem como atividades lúdicas e esportivas no contraturno escolar; m) parceria com as famílias, através de momentos formativos, cujo objetivo é sensibilizá-las sobre a importância da frequência diária, do incentivo e apoio na resolução das atividades de casa-escola para ampliação do tempo de estudo e aprendizagem dos estudantes (NOVO SANTO ANTÔNIO, 2022).

Vóvio (2023) afirma que tendo em vista os impactos negativos provocados pelo efeito da pandemia e do fechamento das escolas, é necessário realizar a reorganização do ensino e adequá-lo às necessidades de aprendizagem e interesses dos estudantes, com vistas a garantir o direito de todos e todas, a aprendizagem e a escolarização de longa duração com sucesso. Em se tratando da alfabetização, Melo e Barros (2021) defendem que a garantia desse direito no retorno pós-pandemia implica no fortalecimento do compromisso dos gestores públicos, educadores e comunidade escolar como um todo, com o intuito de agilizar processos, demandas, recursos e investimentos materiais, humanos e financeiros, assumindo a alfabetização como um direito social.

Em síntese, defende-se que, para avançar é necessário investir em uma pedagogia comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes, que considere a individualidade deles, reconheça a multiplicidade dos modos e ritmos de aprendizagem, implicando em "aprender a avaliar a aprendizagem, uma vez que "nosso senso comum está comprometido com os exames escolares e não com a avaliação" (LUCKESI, 2011, p.27).

Assim, os resultados das avaliações internas e externas desenvolvidas em âmbito do PAC visaram: a) observar o aprendiz; b) analisar e compreender suas estratégias de aprendizagem; e c) tomar decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo (HOFFMANN, 2005).

3 Metodologia

Desenvolveu-se pesquisa qualitativa em que utilizou a observação simples como dispositivo para a produção de dados. Concomitante, realizou-se a análise documental da Proposta do Programa de Aprendizagem Complementar (PAC), além dos dados do Sistema Educacional de Avaliação do Piauí (SAEPI).

O cenário de realização da pesquisa foi o município de Novo Santo Antônio, localizado a 116 km de Teresina, capital do Estado do Piauí. Dados do Censo Escolar (2021), disponíveis

no Qedu[6], mostram que a Rede Municipal de Educação é formada por 4 escolas, sendo 1 urbana e 3 rurais, nas quais são atendidas 63 crianças em creche, 81 em pré-escola, 230 nos anos iniciais do Ensino Fundamental regular (1º ao 5º ano) e 232 nos anos finais (6º ao 9º ano).

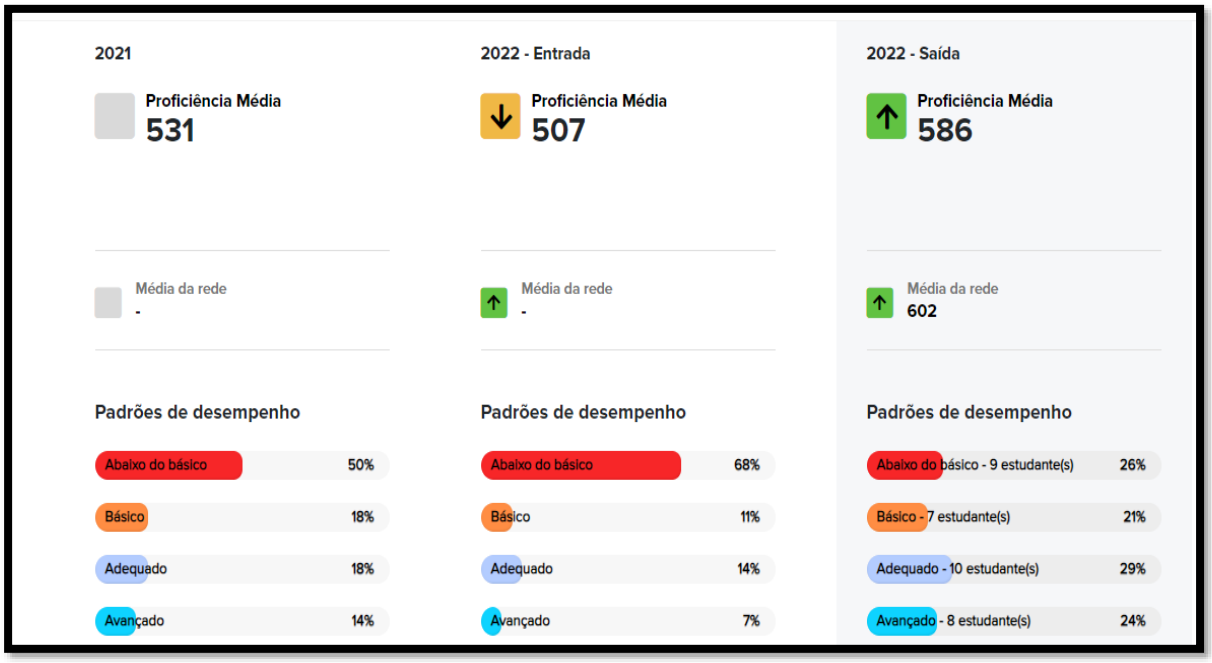
4 Resultados e Discussão: revelações da avaliação externa SAEPI

No SAEPI, os dados de desempenho são demonstrados por meio das proficiências médias e da distribuição dos estudantes pelos padrões de perfil estudantil (Abaixo do básico, Básico, Adequado e Avançado), calculados pela Teoria de Resposta ao Item (TRI)[7] e caracterizados conforma as especificações a seguir: a) Abaixo do básico (média até 518) - reúne estudantes com carência de aprendizagem mínima requerida para a conclusão da etapa de escolaridade em que se encontram; b) Básico (média 518 a 600) - agrupa estudantes que ainda não demonstram ter desenvolvido adequadamente as habilidades e as competências essenciais para a sua etapa de escolaridade; c) Adequado (média 600 a 667) - estudantes que consolidaram o desenvolvimento das habilidades e das competências previstas para a etapa de escolaridade; d) Avançado (média acima de 667) - reúne estudantes com desenvolvimento além do esperado para a sua etapa de escolaridade (PIAUÍ, 2022).

Na sequência apresenta-se os resultados da avaliação SAEPI, aplicada com crianças do 2º ano do Ensino Fundamental no município de Novo Santo Antônio (PI), no período de 2021 a 2022, evidenciando avanços e desafios em relação à alfabetização.

Figura 1: Desempenho dos estudantes na Prova SAEPI

[6] Portal aberto e gratuito, que informa sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Trata-se de iniciativa desenvolvida pela Meritt e Fundação Lemann. Fonte: QEdu - Use dados. Transforme a educação. Disponível em: https://www.qedu.org.br. Acesso em: 17 mar. 2023.
[7] A teoria da resposta ao item (TRI) é uma metodologia de avaliação que não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. O desempenho em um teste é explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens), de acordo com três parâmetros: a) poder de discriminação, que é a capacidade de um item distinguir os estudantes que têm a proficiência requisitada daqueles quem não a têm; b) grau de dificuldade; e c) possibilidade de acerto ao acaso (chute).



Fonte: https://avaliacaoemonitoramentopiaui.caeddigital.net/#!/res-somativa-m1?. Acesso em: 18 mar. 2023.

Na primeira avaliação realizada em 2021, a média de proficiência das crianças foi de 531, padrão considerado Básico. No entanto, os dados mostram que 50% das crianças avaliadas encontravam-se no padrão Abaixo do Básico e 18% no Básico, evidenciando que quase 70% não haviam desenvolvido as habilidades mínimas e/ou essenciais para a sua etapa de escolaridade. É válido destacar que esses alunos fizeram o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental de forma remota, fato que demonstra a baixa efetividades desse formato de ensino. Vóvio (2023) afirma que as crianças aprendem a ler e a escrever interagindo em diferentes situações de aprendizagem intencionais, sistemáticas e planejadas pelas professoras. Assim, por meio dessas situações elas experimentam, comparam, refletem e aplicam os conhecimentos sobre a língua oral e escrita. Durante a pandemia, grande parte dessas situações de aprendizagem proporcionaram possibilidades reduzidas de interações com amigos e com as professoras, predicando a alfabetização das crianças.

O resultado da segunda avaliação SAEPI, aplicada em maio de 2022, demonstra proficiência de 507, resultado abaixo da avaliação anterior e classificado como Abaixo do Básico, que reúne estudantes com carência de aprendizagem mínima requerida para a conclusão da etapa de escolaridade. Chama a atenção o fato de 68% das crianças avaliadas naquele período terem sido classificadas nesse padrão. Ressalta-se que, embora em 2022, o município de Novo Santo Antônio (PI) tenha iniciado o ensino presencial, as aulas só começaram em abril e a avaliação SAEPI foi aplicada em maio. Portanto, o resultado dessa

segunda avaliação aponta novamente para a precariedade do ensino remoto emergencial (ERE) e evidencia a defasagem de aprendizagem que se ampliou ano a ano.

Esses resultados apontam que não se tratava de analisar apenas a defasagem de aprendizagem, pois, naquela ocasião, os resultados mostraram que quase 70% das crianças não tiveram oportunidades mínimas de aprendizagem. Tal fato implicou em buscar meios de reorganizar o ensino para adequá-lo às diferentes necessidades de aprendizagem das crianças. Nesse contexto, três ações do PAC foram fundamentais: a avaliação diagnóstica, que também considerou os resultados da Prova SAEPI; a adequação curricular, selecionando habilidades de leitura e de escrita essenciais para a progressão das crianças e a disponibilização de materiais didáticos, elaborados de acordo com os níveis de alfabetização (UFPI, 2022).

Estes resultados apontam para o que afirmam Melo e Barros (2021), de que a presença de professores alfabetizadores, bem como das situações interativas de aprendizagem desenvolvidas por esses profissionais são fundamentais para garantir a alfabetização das crianças e não são substituíveis por mediações tecnológicas e/ou por pessoas que não possuem formação específica e experiência docente na área da alfabetização.

A proficiência da terceira avaliação foi de 586 (realizada em maio de 2022), padrão considerado Básico, mas próximo ao Adequado, cuja média é de 600 a 667. Nessa avaliação, feita com os mesmos estudantes, avaliados anteriormente, observa-se significativa redução no percentual de crianças em padrão Abaixo do Básico, que, em maio era de 68% e baixou para 26% em outubro. Também é possível perceber a ampliação do percentual de alunos classificados nos padrões Adequado e Avançado. Enquanto na segunda avaliação a soma de estudantes nos dois padrões foi de apenas 21%, na terceira avaliação foi de 53%, evidenciando a importância do retorno do ensino presencial, bem como das ações do PAC para a garantia da aprendizagem das crianças no contexto pós-pandemia.

Vóvio (2023) alerta que, se a pandemia de Covid-19 desfiou educadores, famílias e gestores educacionais em manter os estudantes vinculados às escolas, com vistas a garantir o direito à escolarização, o atual contexto não se mostra menos desafiador, que é o de garantir o acesso, a permanência e o sucesso, e resolver as questões relativas às lacunas na aprendizagem.

5 Considerações Finais

A garantia da aprendizagem no retorno pós-pandemia implica no desenvolvimento de uma política educacional ampla, intersetorial e planejada, a partir de diagnósticos que

evidenciem desafios e possibilidades, envolvendo a participação dos diferentes membros da comunidade escolar e local, promovendo as condições necessárias para o rompimento das barreiras que dificultam a garantia do direito de aprender de cada estudante.

Os dados evidenciam que, com o retorno do ensino presencial e o desenvolvimento das ações do PAC, em 2022, houve melhores resultados nos índices de alfabetização. Na avaliação SAEPI, a ampliação dos índices de aprendizagem foi de, em média, 15% em cinco meses de ensino presencial, evidenciado por meio da análise dos dados da segunda avaliação, realizada em maio 2022 e da terceira, realizada em outubro do mesmo ano.

Conclui-se que, apensar dos avanços, ainda há muito a fazer para que os estudantes possam sanar as lacunas na aprendizagem durante a pandemia, sendo necessário investir continuamente em políticas de alfabetização.

Referências

KIM ABE, S. **Recomposição das aprendizagens no Brasil e no mundo**. CENPEC, 2022. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/noticias/recomposicao-aprendizagens-brasil-mundo. Acesso em: 10 mar. 2023.

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MELO, R. A; BARROS, M. do. D. M. da. R. N. Alfabetização de crianças no contexto da pandemia do coronavírus: desafios e possibilidades da política educacional de Buriti dos Montes – PI. Iberoamérica. Experiencias e investigaciones durante la pandemia Covid-19. **Organización de Estados Iberoamericanos Para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI),** 2021 Bravo Murillo, 38. Disponível em: http://oei.int/. Acesso em: 09 nov. 2021.

NOVO SANTO ANTÔNIO. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de Trabalho,** 2022.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação do Piauí. **SAEPI: Sistema de Avaliação Educacional do Piauí – 2022**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. V. 3 (2022), Juiz de Fora, 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Programa de Aprendizagem Complementar (PAC)**. Teresina, 2022, 25 p.

VIEIRA, S. L. **Política Educacional em tempos de transição:** 1985-1995. Brasília: Plano, 2000.

VÓVIO, C. L. **Desafios da alfabetização no pós-pandemia.** CENPEC. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/tematicas/propostas-alfabetizacao-pos-pandemia. Acesso em: 17 mar. 2023.